

27 JUL 1992

SENADO

JORNAL DA TARDE

PRODUÇÃO MAIS LENTA

Revisão de projetos aprovados pela Câmara retarda tramitação

O Senado voltou a exercer seu papel de revisor dos projetos de lei aprovados pela Câmara, depois de passar pelo menos os últimos dois anos praticamente homologando as decisões dos deputados. Essa iniciativa vai retardar a produção legislativa. Sempre que uma proposta é modificada pelos senadores ela obrigatoriamente retorna à Câmara para nova discussão e

votação dos deputados. O primeiro passo foi dado na semana passada, quando os senadores mudaram o projeto de isonomia salarial. O mesmo destino deverão ter outras matérias como a modernização dos portos, regulamentação da reforma agrária e criação da Advocacia Geral da União.

“O Senado deve revisar os projetos enquanto não houver uma redefinição de funções”, afirma o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). O problema é o sistema bicameral, no qual todas as matérias são discutidas e votadas em cada uma das Casas. Na opinião de Cardoso, o Senado deveria ficar com os projetos relativos ao sistema tributário, dívidas e despesas que envolvem os Estados e a política externa, deixando os



Fernando Henrique quer mudanças no sistema bicameral

Arquivo/AE

demais assuntos para a Câmara. “Não dá para as duas Casas apreciarem tudo”, ele afirma. Mas enquanto não houver redefinição, Cardoso defende o papel revisor do Senado.

“A nova postura é uma questão institucional”, analisa o senador Nélson Wedekin (PDT-SC). Ele lembra, por exemplo, o caso da isonomia salarial — a disposição dos senadores era o de mudar até uma simples vírgula só para mostrar o poder do Senado. “Não participei do acordo da Câmara”, alegou o senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), ao defender cinco mudanças na votação do projeto aprovado pelos deputados.

A atitude é oposta à que vigorava até recentemente. No final do ano passado, por exemplo, o Se-

nado chegou a homologar o acordo feito na Câmara sobre a dívida dos Estados e municípios, embora a matéria, pela Constituição, devesse ser primeiro discutida no Senado.

O protesto dos senadores terá sequência na apreciação do projeto da modernização dos portos, que também resultou de um amplo acordo entre empresários, trabalhadores e governo

na Câmara dos Deputados. Os senadores obstruíram a urgência pedida pelo governo e deverão votar o projeto só no começo de agosto. “Os trabalhadores sentiram-se traídos e vamos consertar isso”, diz Humberto Lucena (PB), líder do PMDB no Senado. “Não defendo o monopólio sindical, mas sou contra a extinção dos sindicatos”, afirma o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), também disposto a emendar o projeto aprovado pela Câmara, que acabaria com os sindicatos da administração portuária e permitiria o livre recrutamento de mão-de-obra de estiva. Mas, para o Passarinho, o recrutamento deve ser feito entre os trabalhadores sindicalizados.

Vicente Dianezi